

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. : 173

DATA : 19 12 90

PG. : 12

## *Funai reconhece tensão entre caiapós no Pará*

**BELÉM** — O superintendente regional da Funai, Dinarte Madeiro, confirmou ontem que a situação nos municípios de Redenção, São Félix do Xingu e Ourilândia, no Sul do Pará, é tensa entre os índios caiapós, madeireiros e fazendeiros, conforme observou a Polícia Federal em relatório enviado ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Madeiro disse que não conhece o teor do relatório da PF, mas assinalou que a situação é antiga e já foi diversas vezes levada ao conhecimento das autoridades federais em Brasília, sem que jamais tenha sido adotada uma medida apaziguadora.

“Não aceito que se queira transformar os índios em bandidos, pois se trata de um conflito causado pela ganância dos homens brancos, que aliciam os índios para se apoderarem de suas riquezas naturais”, afirmou o superintendente regional. Para Madeiro, as principais vítimas do conflito são os próprios índios, que estão perdendo madeiras nobres, como mogno, e ouro,

além de considerável parte de suas reservas.

Na região de Redenção, Xinguara, Ourilândia e São Félix do Xingu vivem 1.300 índios, distribuídos em três reservas — Bau, Mecarotire e Aucre — todos da nação Caiapó. Os conflitos latentes localizam-se nas fazendas Iucatan e Fortaleza e numa área em São Félix do Xingu. Em Redenção, sob a liderança do cacique Paiacan, os índios exigem uma revisão dos limites da reserva, pois consideram que foram espoliados na medição anterior. Na Fazenda Serra Pelada, onde também há ameaça de conflito, a insatisfação é provocada pelos mesmos motivos. Madeiro desmentiu que os índios estivessem armados para deslazar uma guerra contra os fazendeiros. “A Funai tem uma cota de armas para caça, para os índios do Pará e do Amapá, que é fiscalizada pelo Exército, e a distribuição é feita somente duas vezes por ano”, explicou.

## *Exército garante demarcação*

**CAMPO GRANDE** — Cumprindo determinação do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, um pelotão do Exército com 25 soldados e dois oficiais vai hoje para a reserva indígena Kadiweu, no município de Porto Murтинho (Sudoeste do estado), para garantir os trabalhos topográficos que vão indicar a extensão da área; uma polêmica que se arrasta por duas décadas. O serviço topográfico do Exército ratificou a demarcação inicial da reserva, em 1981, em 538 mil hectares, mas há nove anos fazendeiros da região brigam na Justiça por 135 mil hectares. A disputa das terras ocorre porque o governo de Mato Grosso expediu títulos de propriedades dentro da reserva, em 1931.

As terras dos Kadiweus foram doa-

das por D. Pedro II, como gratidão pela participação da tribo na Guerra do Paraguai. A reserva fica localizada na borda do Pantanal, abrangendo cinco municípios, e hoje é ocupada por apenas 1.400 índios, distribuídos em quatro aldeias. Remanescentes dos índios Guaicurús, que habitaram o Pantanal no período do império, os Kadiweus administram, hoje, 93 fazendas de gado — todas arrendadas a fazendeiros. A presença do Exército na área foi solicitada pela Justiça Federal, pois os índios não aceitam nova demarcação e reagem com violência. Em setembro, um grupo de 12 trabalhadores de uma empresa contratada para realizar os serviços topográficos foi raptado pela tribo.